



Direito à literatura: a elaboração de narrativas através do contato com a subjetividade

Droit à la littérature : l'élaboration de récits à travers la rencontre avec la subjectivité

André Rodrigues Santos¹

Ana Flávia Soares Pereira da Silva²

O presente artigo tem base inicial o projeto científico “Direito e literatura: um estudo sobre processos socioterritoriais inclusivos” que tem como objetivo compreender os processos socioterritoriais e constitucionais a partir das obras literárias estudadas nos currículos de ensino médio de escolas públicas da cidade de Governador Valadares-MG. Trata-se de uma revisão bibliográfica a fim de relacionar o direito e o acesso à literatura com o olhar da Psicologia, que ressalta as consequências da ausência da literatura para a formação e a capacidade de construção de narrativas dos indivíduos. À vista disso, o indivíduo que conhece a literatura também conhece o outro e, portanto, é possível a inter-relação deste com as possibilidades, expandindo o esclarecimento de suas potencialidades e seus dificultadores. Logo, para se ter uma elaboração de liberdade e autoconhecimento é necessário o acesso à literatura que possibilita a expressão genuína do ser, que se constrói na relação deste com o outro. Dessa forma, o distanciamento da leitura potencializa o sofrimento do sujeito que não nomeia, expande ou catalisa sua dor, sendo necessário o conhecimento de palavras que irão conceber a este ser um novo processo de elaboração e autoconhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: literatura; psicologia; direito; narrativa; escolar.

Cet article est basé sur le projet scientifique "Droit et littérature : une étude sur les processus socioterritoriaux inclusifs", qui vise à comprendre les processus socioterritoriaux et constitutionnels à partir des œuvres littéraires étudiées dans les programmes d'enseignement secondaire des écoles publiques de la ville de Governador Valadares-MG. Il s'agit d'une revue bibliographique visant à relier le droit et l'accès à la littérature avec le point de vue de la psychologie, qui met en évidence les conséquences de l'absence de littérature pour la formation et la capacité de construction de récits individuels. Par conséquent, l'individu qui connaît la littérature connaît également l'autre, ce qui permet l'interrelation de celui-ci avec les possibilités, élargissant la compréhension de ses potentiels et de ses obstacles. Ainsi, pour avoir une élaboration de la liberté et de la connaissance de soi, l'accès à la littérature est nécessaire, ce qui permet l'expression authentique de l'être, qui se construit dans la relation avec l'autre. De cette manière, l'éloignement de la lecture amplifie la souffrance du sujet qui ne nomme pas, n'élargit pas ou ne catalyse pas sa douleur, rendant nécessaire la connaissance de mots qui permettront à cet être de concevoir un nouveau processus d'élaboration et de connaissance de soi.

MOTS-CLÉS: littérature; psychologie; droite; récit; école.

¹ Mestre pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. Resumo de artigo apresentado no XI Cidil da Rede Brasileira de Direito e Literatura.

² Graduanda em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio Doce. Gov. Valadares, MG, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5241584473541999>.



1. INTRODUÇÃO

A literatura pode ser caracterizada como um direito fundamental, pois ela desempenha um papel crucial na formação da identidade cultural de um povo, na promoção da liberdade de expressão e no desenvolvimento do senso crítico dos indivíduos.

Antônio Cândido, um dos mais importantes críticos literários brasileiros, defendeu essa ideia em sua obra "Literatura e Sociedade". Ele afirmou que a literatura não deve ser vista apenas como um objeto estético, mas como uma forma de expressão capaz de refletir e influenciar a realidade social e política de uma sociedade. Segundo ele, a literatura é um bem cultural e histórico que deve ser protegido e promovido pelo Estado, a fim de garantir o acesso a ela como um direito fundamental de todos os cidadãos.

Em contrapartida, a psicologia é vista como a ciência da saúde, cujo olhar está voltado na gênese da psiquê em sua construção e desenvolver a partir de fatores externos e internos ao indivíduo, com métodos objetivos em sua maioria para a observação, condicionamento e entendimento do comportamento. A literatura por sua vez, é uma arte produzida com palavras, carregada de subjetividade produzida pela mente humana, sua definição depende de questões diversas, tais quais de ordem social, histórica, cultural, individuais e etc. Ou seja, “a psicologia preza pela lógica, situação, esta, que se opõe, substancialmente, à Literatura, ainda que esta seja alicerçada na verossimilhança.” (Santos et al., 2018a, pág. 768). De certa forma, a psicologia e a literatura estariam distanciadas pela metodologia e por sua vez trariam a dificuldade de aceitabilidade de métodos literários para utilização de intervenções.



Entretanto, para alguns autores, a literatura se converge com a psicologia em termos de ideias e elementos utilizados para o entendimento do fenômeno, como a relação entre as pessoas, suas particularidades, o treino dos sentidos para a apreensão de detalhes importantes, entre outros (Santos et al., 2018b). Sendo essas, matérias que possuem um mesmo objetivo de estudo: o fenômeno, a forma que o sujeito se move em pensamento, comportamento, arte, alma, sentimentos e subjetividade. É neste papel que a literatura se expande, trazendo em seu conteúdo o próprio ser em movimento, desde questões de vivências do sujeito que escreve, além de sonhos, expansão do inconsciente por metáforas, senso de crítica, conflitos, histórias, fatos entre outras possibilidades. A partir disso, ocorre uma relação entre leitor e leitura, espectador e artista, ouvinte e remetente que encontram a partir da literatura uma fusão de conhecimentos que pode fazer parte ou não do outro. A psicologia Social, defende que o indivíduo é reproduzido por seu meio e reproduz o mesmo, fato este que insere o indivíduo no mundo e perfaz toda a sua identidade e comportamento; o que traz à tona sobre o efeito que a literatura tem sobre o indivíduo, sendo esta o seu meio externo, as suas influências de visão de mundo, escolhas, conceitos, arquétipos e proximidades. Dessa forma, “ambas apresentam em comum a compreensão do desenvolvimento de seus sujeitos, reais/personagens ficcionais, respectivamente, através dos conflitos e problemas que estes apresentam seja na vida ou seja no enredo”. (Santos et al., 2018c).

Segundo Junqueira e Comin (2021a), a literatura teria como sentido na psicologia, o espaço de expressão, de endereçamentos, de escuta e acolhimento. O que pode ser de contribuição ao profissional que a utiliza em termos de autoconhecimento, vivência de outras visões, desde o paciente ou assistido que a envolve. Sendo dessa forma, segundo Comin e Santos (2010), uma ferramenta de entendimento de si e do outro.

Ressaltada a relação entre a literatura e a psicologia, observa-se que o desenvolver do indivíduo está além de sua genética, o fator externo das relações e inter-relações são matéria de conhecimento do mundo em que habita e conseqüentemente seu próprio ser, já que o ser está no mundo e o mundo está nele (Heidegger, 1988). Conseqüentemente, constata-se também, a sua importância nos anos escolares para os indivíduos que a acessam, para a construção de



identidade e a realidade do sujeito (Barone, 2006a). Fato este que possibilita desde a idade inicial um repertório preenchido de haveres, em que o aluno absorve e a partir de sua vivência, consegue enxergar além de sua realidade.

2. A LITERATURA COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL

Uma das principais defesas da literatura como um direito está em “Direito à Literatura” de Antônio Candido (2004a), que reconhece a literatura como um bem incompreensível e básico de sobrevivência do indivíduo, em que traz a reflexão de que não se retira do cidadão suas necessidades básicas de sobrevivência como saneamento básico, alimentação, estudo, saúde e lazer, assim como não se retira a possibilidade de humanização do cidadão através da literatura. Em completude destaca, também, algumas funções humanizadoras da literatura, em que ela é uma construção de objetos de estrutura e significado; (Barone, 2006b), sendo que a partir da escrita de um autor, o leitor constrói na experiência literária um próprio significado, já que o observa de sua própria óptica; em segundo plano, “ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos”. Sendo possível no entendimento dessas emoções, nomear os próprios sentimentos indagados pelo indivíduo, saber o que é a emoção, a expressão, a ambiguidade do próprio ser através da literatura.

Numa perspectiva mais apurada, literatura é frequentemente considerada como um direito fundamental, uma vez que desempenha um papel essencial na promoção da liberdade de expressão e na disseminação do conhecimento. Como afirmam Nandy e Ghosh (2016), a literatura é uma forma de arte que permite aos indivíduos explorar e entender o mundo ao seu redor, bem como refletir sobre sua própria experiência de vida. Além disso, a literatura tem o poder de transcender barreiras culturais e linguísticas, permitindo que pessoas de diferentes origens se conectem através de histórias compartilhadas.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, o que inclui o direito de



expressar suas próprias opiniões e de buscar, receber e transmitir informações e ideias através de qualquer meio de comunicação. A literatura é uma das formas mais importantes de comunicação humana e, portanto, é fundamental para a realização desses direitos.

Além disso, a literatura também tem um papel importante na promoção da educação e do desenvolvimento humano. Como afirma Arvay (2016), a leitura de literatura pode ajudar a desenvolver habilidades como a empatia, a criatividade e o pensamento crítico, bem como fornecer uma compreensão mais profunda da natureza humana e do mundo em geral. Como tal, a literatura é um recurso valioso para todos os indivíduos, independentemente de sua origem socioeconômica ou cultural.

Em complemento às funções literárias, a pesquisadora Pétit (2006a), com anos de pesquisa, chega às seguintes contribuições da literatura em espaços de sofrimento/crise:

“1 - As leituras abrem para um outro espaço e tempo de sonho, de fantasia, que permitem construir um "país interno", um espaço psíquico e sustentar um processo de autonomia e a constituição de uma posição de sujeito. A leitura também torna possível uma narrativa interna”.

“2- Ler permite desencadear uma atividade narrativa e estabelecer ligações entre os acontecimentos de uma história, entre universos culturais, entre aqueles que compõem um grupo. Principalmente quando a leitura propicia também não uma cópia da experiência de cada um, mas sim a criação de metáforas, onde o corpo também é tocado.”

Nestes pontos, pôde-se estabelecer um cenário de revestimento que o indivíduo se direciona em relação à literatura; ele absorve seus conteúdos, trejeitos e constrói seu imaginário a partir destes, que são incorporados em sua própria forma e então transforma-se no que se é realmente, dessa forma, relata-se o viés de construção de narrativa e identidade.



Em resumo, a literatura é um direito fundamental que desempenha um papel importante na promoção da liberdade de expressão, na disseminação do conhecimento, na promoção da educação e no desenvolvimento humano. Como tal, é importante garantir que todos os indivíduos tenham acesso igualitário a essa forma valiosa de arte e comunicação.

3. O PONTO DE VISTA PSICOLÓGICO

Quanto ao conceito de narrativa, Vigotsky (1929) diz que “a natureza psicológica da pessoa é o conjunto das relações sociais transferidas para dentro e que se tornaram funções da personalidade e formas de sua estrutura” (p. 27), ou seja, é na relação que se origina a função psíquica; a partir da interação, um ser conhece o outro e estes se revelam em suas ambiguidades e semelhanças, permitindo então o autoconhecimento, do que “sou” e do que “não sou”. A literatura seria então esta relação, em forma de informação, sonho escrito, formação ou conflitos em que um emite e o outro recebe e a partir disso, renova-se em uma nova relação. (Cândido, 2004).

Quando se trata da visão psicológica, é possível dizer sobre a sua importância dentro da saúde mental no desenvolvimento das necessidades psicoemocionais. Sousa e Dias (2014), defende em seu estudo que “aprender implica em um desejo, um projeto, uma perspectiva, uma busca de realização” (p. 3); é sair de uma posição de passividade e ser capaz de produzir um ato autônomo, em posição ativa.

Explicado por Freud (1905), em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, onde relata o desejo do saber de uma criança, desenvolvido principalmente entre os 3 e 5 anos (p. 182). Dessa forma, pode-se interpretar o conhecer como um desejo a ser alimentado ou desestimulado assim como todo e qualquer desejo, conseqüentemente, pode produzir uma ação ou paralisção. Nesse sentido, a limitação, principalmente, de acesso à linguagem – aqui dizemos a linguagem leitura e arte - coloca o sujeito em uma posição passiva e estagnada causada pela falta de conhecimento. Assim, consegue-se visualizar a necessidade de alimento do desejo pela fase



inicial escolar em que o aluno pode ser estimulado de forma intelectual a se desenvolver de forma saudável.

Reflexão reafirmada por Vygotsky (1991), que diz:

"Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social, e sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social." (pág. 33)

Quando a interação acontece, há conseqüentemente o nascimento do desenvolvimento da criança e, portanto, a sua inserção no mundo. Dessa forma somente com a educação básica o sujeito irá estabelecer uma posição ativa como agente de suas escolhas, que, às vezes, pode não acontecer, já que não possui conhecimento para agir, dessa forma a criação de identidade e autoimagem procedem dentro de seu desenvolvimento de autoconhecimento, além de retirar o acesso a possibilidades da vida, o novo e à criatividade - nesse sentido, a Psicologia Social Crítica (Lane, 2006) também enfatiza a imersão do indivíduo ao seu contexto social, portanto sua vivência será guiada pelo que se conhece, logo, os papéis sociais, a identidade de si e do outro será embasada dentro de seus conhecimentos.

4. PESQUISA ANALÍTICA: REVISÃO DE TODA SESSÃO

No projeto de pesquisa “Direito e literatura: um estudo sobre processos socio-territoriais inclusivos” realizado desde o ano de 2021 pelo Professor coordenador e Dr. Bernardo Nogueira e seus colaboradores, executa na compreensão de quais os processos socio-territoriais e constitucionais as obras literárias estudadas nos currículos de ensino médio de escolas públicas



em Governador Valadares - Minas Gerais se articulam, tendo como embasamento teórico “O direito à Literatura” de Antônio Cândido e as concepções de pedagogia inclusiva fundadas por Paulo Freire.

Foram visitadas cerca de 3 (três) escolas públicas principais da cidade que possuem uma grande demanda, sendo as escolas selecionadas: a) Escola Israel Pinheiro, localizada no Centro da Cidade de Governador Valadares e que atende jovens de vários bairros do Município, b) E. E. Carlos Luz, que fica localizada também no Centro da Cidade – no Morro do Carapina – mas que atende aos jovens residentes ali, e c) a Escola localizada na Unidade Socioeducativa de privação de liberdade, e portanto, atende jovens em cumprimento do acautelamento.

Como resultado, constataram que essas escolas, em sua maioria, não possuem um plano estratégico para leitura de seus alunos, somente em ocasiões em que o professor tem preferência pela matéria.

Fato este preocupante uma vez que os alunos não conseguem ser alinhados à literatura justamente porque não é aplicada pelas autoridades maiores, assim como não a possuem como matéria curricular na grade escolar, o que pontua uma irreflexão por parte de todo um sistema/rede que afeta diretamente nas questões básicas do indivíduo.

5. CONCLUSÃO

O texto reflete sobre a importância da literatura como um direito fundamental que desempenha um papel importante na promoção da liberdade de expressão, na disseminação do conhecimento, na promoção da educação e no desenvolvimento humano bem como do papel relevante da literatura na perspectiva psicológica do indivíduo em formação, fato este que possibilita para a psicologia aberturas de possibilidades de intervenções a partir do acesso à leitura, arte e etc. Nota-se a defesa de necessidade da literatura principalmente nos campos escolares em que cada aluno em formação encontra novas possibilidades que integram sua



narrativa. A literatura é importante para o conhecimento e informação, a construção de uma própria narrativa, a elaboração da dor, formação da identidade, conhecimento e crítica social.

No projeto de pesquisa mencionado, obtém-se que a literatura se encontra ausente perante as escolas públicas da cidade de Governador Valadares/MG, e portanto, a retirada desse direito acarreta em uma lacuna de problemas que retiram todos os benefícios transformadores da literatura mencionados no decorrer do texto, sendo que tais benefícios podem não ser alcançados a partir desta invisibilidade da literatura dentro das escolas, tal como a falta de sua menção por parte do sistema e estimulação pelas escolas. Logo, relata-se a necessidade do sujeito de conhecer o mundo literário erudito de sua cultura e outras também, tornando possível sua reflexão ampla sobre o todo; e humanizando-o dentro de seu contexto conflituoso.

REFERÊNCIAS

ALEXANDROFF, Marlene Coelho. O Papel das emoções na constituição do sujeito. *Constr. psicopedag.*, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 35-56, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542012000100005&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1415-6954.

Arvay, A. (2016). Reading Literature and the Development of Empathy. In: K. Shockley, T. Malcolm, & J. Burke (Eds.), *Emerging Research in Play Therapy, Child Counseling, and Consultation* (pp. 67-75). IGI Global.

CANDIDO, Antônio. *Vários escritos*. 5. ed. corrigida pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?*. Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FREITAS, Raquel Barradas de. *Direito, linguagem e literatura: reflexões sobre o sentido e alcance das inter-relações: breve estudo das dimensões de criatividade em direito*. Working Paper 6/02. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

HEIDEGGER, M. *O ser e o tempo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.



JUNQUEIRA, L. F. S.; SCORSOLINI-COMIN, F. PSICOLOGIA, LITERATURA E SAÚDE MENTAL. Muitas Vozes, Ponta Grossa, ..10., p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/17404>

LEITE, Dante Moreira. Psicologia e Literatura. Editora UNESP, 5ª ed, 19 de março de 2003.
COUTINHO, Jacinto Pereira. Direito e Psicanálise: Interlocuções a partir da literatura. Tirant Lo Blanch Brasil, 2ª ed., 11 de agosto de 2018.

Marlene Neves Strey et al. Psicologia Social Contemporânea: Representações sociais. Petrópolis, RJ. Vozes, 2013.

Nandy, S. & Ghosh, S. (2016). The Power of Literature. IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS), 21(4), 54-56.

SANTOS, R. C.; SANTOS, J. C.; SILVA, J. A. Psicologia da Literatura e Psicologia na Literatura. Temas em Psicologia. Ribeirão Preto, vol. 26, nº 2, p. 767-780, Jun,2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2018000200009&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-389X.

VIEIRA, A. G., & Henriques, M. R.. (2014). A construção narrativa da identidade. Psicologia: Reflexão E Crítica, 27(Psicol. Reflex. Crit., 2014 27(1)), 163–170.

VYGOTSKI, L. S. A FORMAÇÃO SOCIAL DA MENTE. São Paulo, SP: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1991.



XI CIDIL

Colóquio Internacional
Direito e Literatura

Direito e Literatura
nos 100 anos de Modernismo no Brasil